

RESUMO EXPANDIDO

Acesso a informações sobre o Programa Saúde na Escola no sítio eletrônico do Ministério da Saúde: saúde escolar, tecnologias de comunicação e intersectorialidade

Klyssia Mykaelli Fonseca Vale¹

Maria Lurdiane Pereira²

Carlos Jorge Paixão³

Fabricio Moraes Pereira⁴

RESUMO

O Programa Saúde na Escola (PSE) é uma política pública intersectorial que integra saúde e educação com fins de promover melhor qualidade de vida aos estudantes da educação básica pública no Brasil. A intersectorialidade, princípio norteador do programa, busca articular ações entre diferentes políticas públicas, tornando o ambiente escolar um espaço de promoção da saúde. Nesse contexto, o acesso e a acessibilidade às informações sobre o PSE, especialmente por meio das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação, como o sítio eletrônico do Ministério da Educação, são essenciais para garantir o controle social e a inclusão digital. A acessibilidade, aqui, não se restringe a aspectos de necessidades especiais, mas envolve fatores sociais, culturais e educacionais que influenciam o letramento digital dos usuários. Assim, investigar os processos de disponibilização e acesso às informações do PSE no ambiente digital contribui para avaliar a efetividade da comunicação intersectorial e propor melhorias na efetivação do programa.

Palavras-chave: Serviços de Saúde Escolar; Colaboração Interssetorial; Políticas Públicas; Pesquisa Qualitativa; Ciências da Informação.

INTRODUÇÃO

O Programa Saúde na Escola (PSE) é uma política pública que representa uma importante estratégia de integração entre os setores de educação e saúde, visando a promoção da saúde e a melhoria da qualidade de vida dos estudantes da educação básica pública no Brasil. A intersectorialidade, que se põe como princípio norteador do programa, busca articular ações conjuntas entre os aparelhos e as políticas públicas, garantindo que as escolas sejam espaços de experiências exitosas no que tange aos serviços de saúde escolar e a práticas efetivas de educação em saúde (Brasil, 2007; 2017; Pereira *et al.*, 2021).

Nesse contexto, o acesso e a acessibilidade às informações sobre o PSE, especialmente nos meios digitais oficiais, através das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), como o sítio eletrônico do Ministério da Saúde, tornam-se fundamentais para o controle social da política pública em questão (Oliveira; Fujita, 2024).

¹ Escola de Aplicação da UFPA. Bolsista PIBIC-EM-AF (EAUFGPA). kmfvale@gmail.com

² Universidade Federal do Pará. Discente de Pedagogia. Bolsista PIBIC (UFPA). lu.sodre1027@gmail.com

³ Universidade Federal do Pará. Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação (UFPA). cjp@ufpa.br

⁴ Escola de Aplicação da UFPA. Técnico em Assuntos Educacionais (EAUFGPA). fabriciomoraes@ufpa.br

O contexto de evolução digital emergiu e já faz parte do cotidiano de nossa sociedade, cabendo-nos reconhecer seus parâmetros de forma crítica, sobretudo às mediações do uso das tecnologias como modelo de inclusão digital. Tal proposta engloba conceitos como acesso e acessibilidade a informações através das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs), porém não se limita à inclusão como aspecto voltado às necessidades especiais (como o conceito leva a crer), afinal os meios informacionais e comunicacionais também são determinados por fatores sociais, políticos, econômicos, históricos, culturais (Passarelli; Angeluci, 2018; Chaves *et al.*, 2022) e educacionais, caso possamos extrapolar o conceito ao letramento digital (Boeres, 2018; Pereira *et al.*, 2024).

Portanto, pesquisar os processos e procedimentos de como ter acesso e de que formas os usuários podem chegar às informações é salutar no âmbito da avaliação deste programa intersetorial. Este estudo tem por objetivo principal analisar o acesso digital às informações sobre o PSE a partir dos mecanismos de busca do site oficial do Ministério da Saúde, assim como, fazer um compilado dos documentos digitais sobre o PSE presentes no referido site, relacionar acesso, acessibilidade e letramento digitais no processo de busca de informações e identificar os aspectos intersetoriais desta política pública através do acesso e acessibilidade às informações disponíveis.

METODOLOGIA

Este estudo é definido como uma pesquisa qualitativa de caráter descritivo, com foco na análise documental. A abordagem qualitativa é adequada para compreender os aspectos subjetivos envolvidos na acessibilidade e no acesso à informação digital, considerando as especificidades do conteúdo, da linguagem e da estrutura do sítio eletrônico do Ministério da Saúde (Minayo, 2006). A análise documental é justificada pela necessidade de examinar criticamente as informações públicas disponibilizadas através da internet, identificando a forma como o PSE é apresentado e como os usuários podem acessar informações a seu respeito (Minayo, 2006; Flick, 2009).

A coleta de dados foi realizada diretamente pelo sítio eletrônico oficial do Ministério da Saúde (<https://www.gov.br/saude/pt-br>), identificando documentos, legislações e outras informações em seus canais de busca. Como critérios de inclusão, tem-se: as páginas que abordam o PSE, documentos normativos, notícias e materiais formativos à gestão do programa. Cada acesso em busca de informações foi documentado no formato Hora/Dia/Mês, a fim de organizar as informações para o relatório de pesquisa.

No que tange à técnica de análise, adotaremos a análise de conteúdo (Bardin, 2009), visando identificar as principais categorias de informação sobre o PSE, sua linguagem, organização textual e adequação ao usuário. Tal etapa está em andamento.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Entendendo a escola como um espaço de construção de laço social, de instrução e formação de consciência crítica, mas também expoente de necessidades de saúde, vulnerabilidades e desigualdades sociais, o PSE propõe promover a saúde e a cultura da paz, enfatizando a prevenção de agravos; articular ações do setor da saúde e da educação, aproveitando o espaço escolar e seus recursos; fortalecer o enfrentamento das vulnerabilidades desta clientela; e incentivar a participação comunitária contribuindo para a formação integral dos estudantes da rede básica (Brasil, 2009).

Para o Ministério da Saúde, o PSE, tem como objetivo oferecer um leque de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde de crianças, adolescentes e jovens do ensino básico público, com o fortalecimento e a sustentação da articulação entre as escolas

públicas e as equipes da Estratégia Saúde da Família (ESF), por meio da realização de ações dirigidas aos alunos (Brasil, 2011).

O PSE é reconhecido pela UNESCO e UNICEF como um dos maiores programas modelo do mundo na prática da saúde escolar. O projeto de cooperação técnica traz ainda a necessidade de uma avaliação nacional sobre o PSE, quanto aos seus processos de gestão, monitoramento e produção de informações.(UNESCO, 2018).

A semiformação promovida pelo PSE, que “a priori” é fundamentada de maneira intersetorial, na prática, é executada apenas pelo serviço de saúde, deixando de se utilizar da expertise da educação nas ações realizadas, seja pela manutenção do poder do serviço de saúde sobre o Programa, seja pela adaptação e conformação da educação de receber uma proposta de formação já definida. Uma definição de formação apriorística, voltada à adaptação e à conformação que colabora na perpetuação da dominação social (Adorno, 2023).

O fato de o PSE ter as mesmas metas em todo o país, se por um lado democratiza o acesso à informação em saúde padronizada aos estudantes, por outro se mostra autoritário, ineficiente e ineficaz em sua forma de atuação e possíveis resultados. Poderia o PSE, mesmo tendo uma quantidade de ações obrigatórias a serem realizadas, permitir que cada município, de acordo com suas características e perfil epidemiológico escolhesse quais das suas ações deveriam ser consideradas como obrigatórias, atendendo assim, às necessidades locais de saúde dos estudantes.

Durante a aplicação do projeto foram realizadas pesquisas acerca dos arquivos do programa disponíveis no sítio eletrônico do Ministério da Saúde, contemplando a observação sistemática da plataforma, a análise de documentos e textos institucionais, bem como a elaboração de relatório parcial com base nos dados coletados.

Verificou-se que o site institucional encontra-se atualizado em termos de conteúdo geral e estrutura informacional. Contudo, no que se refere ao Painele de Adesão do PSE, os arquivos disponibilizados abrangem apenas até o ano de 2022, o que evidencia uma defasagem na atualização específica desta seção. Observou-se, ainda, que o portal do Ministério da Saúde passa por atualizações periódicas em seu layout, com alterações que variam de modificações sutis a mudanças estruturais mais significativas. Ademais, determinadas áreas da plataforma exigem acesso por meio de contas privadas e previamente verificadas, restringindo a consulta pública a determinados conteúdos.

Os Cadernos Temáticos, por exemplo, configuram-se como instrumentos de caráter didático, elaborados com a finalidade de contextualizar e aprofundar conteúdos específicos junto ao público leitor. Tais materiais abordam temáticas relevantes no âmbito da saúde pública, como, por exemplo, as Doenças Negligenciadas, incluindo as Doenças Tropicais Negligenciadas (DTN), a exemplo da hanseníase e da tuberculose, oferecendo subsídios conceituais e informativos que favorecem a compreensão ampliada dessas problemáticas.

Por sua vez, os Guias de Bolso apresentam natureza mais prática e operacional, destinando-se a orientar profissionais das áreas da educação e da saúde na execução de atividades específicas junto aos escolares vinculados ao PSE. Embora ambos os materiais compartilhem, em determinados casos, introduções semelhantes e padronização na apresentação visual, diferenciam-se quanto aos seus objetivos, abordagem metodológica e profundidade das informações, mesmo quando tratam de um mesmo tema.

No contexto contemporâneo, especialmente a partir de 2022, observa-se crescente valorização do tema da saúde mental, que passa a ocupar posição de maior destaque nas discussões públicas e institucionais. Tal movimento reflete uma ampliação da consciência social acerca das questões psicológicas e emocionais, historicamente marcadas por desinformação, estigmatização e insuficiente atenção às dimensões subjetivas do cuidado em saúde.

Considerando-se, de modo particular, a fase da adolescência — período caracterizado por intensas transformações identitárias, emocionais e psicológicas, frequentemente associadas a alterações hormonais e sociais — torna-se evidente a relevância da promoção de ações voltadas ao cuidado com a saúde mental no ambiente escolar. Essas iniciativas mostram-se indispensáveis para o bem-estar do corpo discente, sem desconsiderar as especificidades das crianças, que igualmente demandam atenção e suporte adequados para seu desenvolvimento integral. Assim, a incorporação sistemática de estratégias de promoção da saúde mental nas escolas contribui diretamente para a formação de sujeitos mais conscientes, resilientes e amparados em suas dimensões biopsicossociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A acessibilidade às informações do PSE é desafiadora. Especialmente ao considerar povos com menor condição financeira ou pior qualidade de vida para manter um dispositivo computadorizado, esta observação torna-se mais notável ainda pela falta de LAN houses contemporaneamente, assim como quaisquer outros facilitadores de acesso à informação.

A análise realizada entre outubro e novembro de 2025 permitiu identificar que, embora as mudanças súbitas no layout da plataforma digital tenham apresentado desafios técnicos momentâneos, a distinção clara entre os materiais educativos é fundamental para o sucesso das políticas públicas de saúde. Enquanto os cadernos temáticos desempenham um papel pedagógico de conscientização sobre patologias específicas, os guias de bolso consolidam-se como ferramentas instrumentais indispensáveis para a atuação prática dos profissionais no âmbito do Programa Saúde na Escola (PSE).

Tornou-se evidente a necessidade de atualização constante dos acervos digitais. A defasagem observada em documentos publicados entre 2022 e 2025 ressalta que a precisão informativa é o principal antídoto contra a desinformação, garantindo que pesquisadores e gestores trabalhem com dados fidedignos e contemporâneos.

Entre as principais dificuldades encontradas durante o processo de pesquisa destacam-se: a limitação no acesso a arquivos atualizados do PSE e as constantes atualizações no layout do site, que impactam a navegação e a localização de informações específicas.

Por fim, a pesquisa reafirma que o fortalecimento das ações de saúde mental no ambiente escolar não é apenas uma demanda pós-pandêmica, mas uma necessidade estrutural. Especialmente durante a adolescência — fase de intensas transformações biopsicossociais — a escola deve atuar como rede de apoio e promoção de bem-estar. Investir na qualidade técnica dos materiais e na abordagem humanizada do corpo discente é, portanto, o caminho para assegurar o desenvolvimento pleno e a saúde integral dos estudantes.

REFERÊNCIAS

ADORNO, T. Teoria da semiformação. In: PUCCI, B.; ZUIN, A. A. S.; LASTÓRIA, L. A. C. N. (Orgs.). **Teoria crítica e inconformismo: novas perspectivas de pesquisa**. Campinas: Editores Associados, 2023.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa, Portugal: Edições 70, 2009.

BOERES, S. O letramento e a organização da informação digital aliados ao aprendizado ao longo da vida. **Rev. Digit. Bibliotecon. Cienc. Inf.**, v. 16, n. 2, p. 483-500, 2018.

BRASIL. Casa Civil. Decreto Nº 6.286, de 05 de dezembro de 2007.

BRASIL. Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. **Saúde na Escola**. Brasília-DF: Ministério da Saúde, 2009.

BRASIL. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Instrutivo PSE**. Brasília-DF: Ministério da Saúde, 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria Interministerial Nº 1.055, de 25 de abril de 2017.

CHAVES, A. A. S. *et al.* Information and communication technologies in educational practices: a literature review. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 8, p. e47311831155, 2022.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 9. ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

OLIVEIRA, M. F.; FUJITA, M. S. L. Acesso à informação e controle social como prática informacional: convergências conceituais. **Em Questão**, v. 30, p. e-137460, 2024.

PASSARELLI, B.; ANGELUCI, A. C. B. Conectividade contínua e acesso móvel à informação digital. **Inf. & Soc.:Est.**, v. 28, n. 2, p. 197-208, 2018.

PEREIRA, F. M. *et al.* Perceptions, experiences and perspectives on school health and the School Health Program: the teachers' viewpoint on the municipal health network of Belem-PA. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 31, n. 1, p. e310126, 2021.

PEREIRA, F. M. *et al.* Mediações no letramento digital no ensino fundamental menor e na educação de jovens, adultos e idosos. **Revista Acervo Educacional**, v. 6, p. e18108, 2024.

UNESCO. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA; MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Projeto de cooperação técnica internacional entre o governo brasileiro e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO: Inovação para o fortalecimento da intersetorialidade entre educação e saúde para a promoção da saúde dos escolares**. UNESCO. Ministério da Saúde, 2018.